

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 7.

Nova lei do luto parental passa a vigorar em agosto de 2025

Casos recentes vividos pela cantora Lexa e pela apresentadora Tati Machado deram visibilidade a esse tema tão delicado: o luto parental. A realidade é que várias famílias brasileiras já enfrentaram essa dor sem o acolhimento adequado, em meio a estruturas hospitalares despreparadas para tratar tamanha fragilidade emocional. Mas esse contexto está prestes a mudar, pois entrará em vigor a Lei do Luto Parental (Lei nº 15.139/2025), a qual estabelece uma política nacional de atendimento digno e humanizado a pais e mães que passam por esse difícil momento.

A partir de agosto de 2025, a Lei nº 15.139/25 garantirá maior acolhimento, dignidade e respeito às famílias acometidas pela dor da perda gestacional, fetal ou neonatal.

Principais pontos da nova lei

Acomodação separada para mães enlutadas: as maternidades deverão garantir um espaço físico separado para as mães que perderam seus bebês, evitando o contato com outras puérperas e recém-nascidos. O objetivo é minimizar o sofrimento emocional e proporcionar um ambiente mais acolhedor e respeitoso.

Direito ao momento de despedida: o hospital providenciará local apropriado e um tempo suficiente para se despedir do bebê, com a presença de pessoas previamente autorizadas pelos pais.

Registro simbólico do bebê: os pais poderão registrar simbolicamente o nome escolhido para o bebê natimorto, além de solicitar itens como impressões digitais e plantares, fotos e outros elementos que preservem a memória da criança.

Acompanhante no parto, mesmo em caso de perda: a presença de um acompanhante durante o parto será garantida, inclusive nos casos de natimorto ou quando a perda for identificada no momento do parto.

Encaminhamento para apoio psicológico pós-alta: os profissionais de saúde encaminharão a família para acompanhamento psicológico contínuo, preferencialmente realizado em domicílio ou na unidade de saúde mais próxima da residência.

Investigação da causa da perda: a equipe médica realizará, sempre que possível, exames para investigar a causa da perda gestacional, fetal ou neonatal.

Apoio nos trâmites de sepultamento ou cremação: a assistência social dos hospitais prestará apoio às famílias nos procedimentos relacionados ao sepultamento ou cremação do bebê, considerando as crenças e necessidades da família.

Internet: <juridico.ai> (com adaptações).

QUESTÃO 1



No trecho “Mas esse contexto está prestes a mudar, pois entrará em vigor a Lei do Luto Parental (Lei nº 15.139/2025), que estabelece uma política nacional de atendimento digno e humanizado a pais e mães que passam por esse difícil momento.”, a oração “que passam por esse difícil momento” apresenta valor de

- (A) causa.
- (B) consequência.
- (C) condição.
- (D) explicação.
- (E) restrição.

QUESTÃO 2



No trecho intitulado “Principais pontos da nova lei”, além da divulgação de informações (função referencial da linguagem), percebe-se um viés que busca indicar ações que precisam ser realizadas a partir da nova norma (função conativa da linguagem). Nesse contexto, esse aspecto secundário admite caráter

- (A) injuntivo, pois indica o que deve ser feito conforme a nova lei.
- (B) descritivo, uma vez que caracteriza cada ponto debatido.
- (C) narrativo, porque relata as ações dentro de um espaço-tempo.
- (D) dissertativo, porquanto defende a tese do direito ao luto parental.
- (E) depreciativo, já que critica, sutilmente, as práticas anteriores à lei.

QUESTÃO 3



Considerando os trechos a seguir, assinale a opção na qual o elemento “que” configura função coesiva anafórica ao substituir um termo, evitando sua repetição na oração posterior.

- (A) O fato de a nova lei visar, primeiramente, ao amparo da parturiente não significa que a família seja excluída do apoio.
- (B) As instituições de saúde terão que promover a formação continuada de seus profissionais conforme a nova lei.
- (C) O trabalho com puérperas enlutadas é recompensador para funcionários que valorizam a empatia como condição promotora de saúde.
- (D) A nova lei não diz que ações, além de campanhas educativas, devem ser promovidas no mês de outubro (mês oficial de visibilidade do luto gestacional, neonatal e infantil).
- (E) Políticas públicas como essa são tão relevantes e urgentes, que se torna inadiável uma revolução na construção de um novo conceito de saúde.

QUESTÃO 4

No texto, termos como “neonatal” e “recém-nascidos” estão grafados, conforme a ortografia oficial, vigente desde 1º de janeiro de 2009. A partir dessa informação, assinale a opção em que todas as palavras estão corretamente redigidas.

- (A) A nova lei promete reverberar com influência aquém fronteiras, impactando outras nações.
- (B) No dia-a-dia, a nova lei também resguarda um tratamento empático e digno no pré-parto.
- (C) Como não houve requisição por meio de abaixo assinado, temeu-se que a medida admitisse apelo anti-social.
- (D) As gestantes relatam sofrer uma dor emocional sobre-humana no período pós-parto.
- (E) Deve-se evitar que um mal entendido com o paciente se torne um processo ético-profissional.

QUESTÃO 5

Assinale a opção em que são respeitados os princípios de concordância verbal.

- (A) Considerando as questões culturais, pode-se dizer que ainda faltam aos países subdesenvolvidos uma legislação mais clara e rígida acerca do luto parental.
- (B) Como se tratavam de questões familiares muito íntimas, sugeriu-se o estabelecimento de espaço físico e tempo reservado à reunião.
- (C) Com a atuação do tempo e o estabelecimento de forte rede de apoio, todas as dores haviam desaparecido, exceto as saudades lacerantes do filho.
- (D) Os devidos cuidados de acolhimento mantêm-se legalmente, após o retorno da parturiente internada ao seio familiar.
- (E) Já devem fazer uns 10 anos da última atualização acerca do conceito de saúde, englobando os aspectos físico e mental do indivíduo.

QUESTÃO 6

Assinale a opção correta em relação aos usos gramaticais referentes aos princípios de regência verbal.

- (A) Em geral, a opinião pública prefere muito mais a crítica imediata do que o debate organizado e limpo sobre saúde.
- (B) A recorrente passividade popular acarreta em inércia governamental e, conseqüentemente, em insatisfação coletiva.
- (C) Está na hora da opinião pública se conscientizar de sua cidadania e parar de desobedecer os termos de conduta hospitalar.
- (D) O acusado de negligência médica disse que apenas visava o cargo de chefia, mas que não sabotara o processo seletivo.
- (E) Apenas assistir às manifestações públicas de repúdio ao descaso com a saúde não basta para se alcançar mudança efetiva no quadro.

QUESTÃO 7

Considerando o período “O medo da perda de um filho se deve ao desespero antecipado de dor e, também, às sensações de frustração, de desalento, de sofrimento individual e coletivo, dos amigos, da família, daqueles com os quais se convive.”, é correto afirmar que o emprego da crase em “às sensações” está diretamente relacionado à participação

- (A) nominal do substantivo “medo”, que estabelece complemento com preposição “a”, combinado com pronome demonstrativo.
- (B) da forma verbal “deve-se”, que requer preposição “a”, somando-se ao artigo definido feminino plural.
- (C) da locução adjetiva “de frustração”, que subordina um termo regido por preposição, fomentando a contração com o artigo definido.
- (D) da forma verbal “convive”, que pede complemento indireto introduzido, de forma pleonástica, pela preposição “com”.
- (E) do substantivo “desespero”, que estabelece preposição “de” como exigência de sentido, com reforço estilístico.

Texto para as questões 8 e 9.

No túmulo dum menino

Um anjo dorme aqui; na aurora apenas,
Disse adeus ao brilhar das açucenas'
Sem ter da vida alevantado o véu

– Rosa tocada do cruel granizo –
Cedo finou-se e no infantil sorriso
Passou do berço pra brincar no céu!

Casimiro de Abreu

QUESTÃO 8

No texto, as metáforas empregadas

- (A) hiperbolizam o sofrimento de gestantes de natimortos.
- (B) generalizam o padecimento de diferentes famílias.
- (C) personificam a dor materna individual e intransferível.
- (D) abordam, de maneira eufemística, a morte de uma criança.
- (E) ilustram, de modo denotativo, o luto vivido por puerperas.

QUESTÃO 9

Assinale a opção correta a respeito do texto.

- (A) As imagens de inocência e fragilidade são evidenciadas por expressões como “açucena” e “rosa”.
- (B) O poema é estruturado em linguagem rebuscada, pensada para externar a dificuldade da dor do luto.
- (C) Os vocábulos “anjo” e “rosa” referem-se à criança, configurando o contexto camparesco admitido pelo autor.
- (D) Os termos “aurora” e “granizo” dizem respeito à morte e encerram o viés saudosista do poema.
- (E) Palavras como “cedo” e “aurora” não remetem, necessariamente, à relação de tempo, mas à de causalidade.

QUESTÃO 10

Em um hospital que emprega 60 médicos, 15 não são cardiologistas nem pediatras, 33 são cardiologistas e 18 são pediatras.

Com base nessa situação hipotética e sabendo-se que, entre os profissionais, há alguns que são cardiologistas e pediatras, o total de pediatras que não são cardiologistas é igual a

- (A) 6.
- (B) 9.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 45.

QUESTÃO 11

Carlos é médico e Clara é enfermeira. No hospital em que trabalham, existem mais médicos e também mais enfermeiras. O número de médicos, excetuando-se Carlos, é igual ao número de enfermeiras. O número de enfermeiras, excetuando Clara, é igual à metade do número de médicos.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o número total de médicos e de enfermeiras nesse hospital é igual a

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

QUESTÃO 12

Dois indivíduos, Elias e Davi, vão jogar cara ou coroa com uma moeda honesta. Eles combinam lançar a moeda 5 vezes e ganharia o jogo aquele que ganhar em 3 ou mais lançamentos. Cada um apostou R\$ 56,00. Feitos os 2 primeiros lançamentos, em ambos dos quais Elias vence, eles resolveram encerrar o jogo.

Considerando essa situação hipotética, partindo do ponto de vista probabilístico, assinale a opção que apresenta a maneira como a repartição dos R\$ 112,00 deve ser feita.

- (A) metade para cada um
- (B) R\$ 78,40 para Elias e R\$ 33,60 para Davi
- (C) R\$ 84,00 para Elias e R\$ 28,00 para Davi
- (D) R\$ 98,00 para Elias e R\$ 14,00 para Davi
- (E) tudo para Elias

QUESTÃO 13

Existem 4 estradas que unem as cidades de Anápolis e Goiânia, e 5 estradas que unem as cidades Goiânia e Ceres. Há, também, 2 estradas que unem Anápolis e Ceres, não passando por Goiânia.

Com base nessa situação hipotética, ao utilizar essas estradas, o número de viagens possíveis, partindo de Anápolis, passando por Ceres e voltando para Anápolis é igual a

- (A) 22.
- (B) 40.
- (C) 44.
- (D) 484.
- (E) 968.

QUESTÃO 14

Um médico tem 10 litros de álcool. Ele retira 2 litros e os substitui por água. Em seguida, retira 2 litros da mistura e os substitui por água novamente.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, após efetuar essa operação por 3 vezes, a quantidade de álcool que vai restar na mistura será de

- (A) 5,12 litros de álcool.
- (B) 4,12 litros de álcool.
- (C) 3,12 litros de álcool.
- (D) 2,12 litros de álcool.
- (E) 1,12 litros de álcool.

QUESTÃO 15

Uma clínica médica aplicou um capital a juros simples à taxa de 48% a.a.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, para resgatar o triplo da quantia que aplicou, esse capital deverá ficar aplicado por um período de

- (A) 5 meses.
- (B) 20 meses.
- (C) 25 meses.
- (D) 40 meses.
- (E) 50 meses.

QUESTÃO 16



Cinco candidatos A, B, C, D e E estavam disputando uma única vaga de emprego em um hospital público e fizeram provas de atualidades, biologia, matemática, português, química e redação. As notas obtidas por eles estão apresentadas na tabela a seguir.

CANDIDATO	ATUALIDADES	BIOLOGIA	MATEMÁTICA	PORTUGUÊS	QUÍMICA	REDAÇÃO
A	80	75	70	83	70	80
B	90	55	75	77	80	70
C	66	87	65	88	67	90
D	80	73	77	70	76	84
E	76	70	67	80	75	86

O candidato aprovado será aquele para o qual a mediana das notas obtidas por ele nas quatro disciplinas for a maior.

Com base nessa situação hipotética e nos dados informados, é correto afirmar que o aprovado será o candidato

- (A) A.
- (B) B.
- (C) C.
- (D) D.
- (E) E.

QUESTÃO 17



João e Maria são médicos, casados, moram juntos na mesma casa e trabalham no mesmo hospital, porém em turnos diferentes. João saiu de casa às 6h e chegou ao hospital às 10h, ao passo que Maria saiu do hospital às 8h e chegou a sua casa às 10h. Ambos, nesse percurso de ida e volta para o trabalho, percorreram a mesma estrada.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, se as velocidades desses veículos se mantiveram constantes durante todo do percurso, ambos os médicos passaram um pelo outro às

- (A) 8 horas e 20 minutos.
- (B) 8 horas e 30 minutos.
- (C) 8 horas e 40 minutos.
- (D) 8 horas e 50 minutos.
- (E) 8 horas e 55 minutos.

QUESTÃO 18



Carlos, Joaquim e Tadeu são técnicos de laboratório, têm idades diferentes e praticam modalidades esportivas diferentes entre futebol, tênis e basquete. Carlos tem 27 anos e não pratica tênis. Joaquim não pratica basquete e tem 29 anos. Quem pratica futebol tem 28 anos.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) Tadeu pratica tênis.
- (B) Carlos pratica basquete.
- (C) Carlos pratica futebol.
- (D) Joaquim pratica futebol.
- (E) Tadeu pratica basquete.

QUESTÃO 19



As normas éticas não envolvem apenas um juízo de valor a respeito dos comportamentos humanos, mas culminam na escolha de uma diretriz considerada obrigatória numa coletividade, expressão de um processo complexo de opções valorativas, que condiciona o poder que decide.

REALE Jr., Miguel. (Com adaptações).

Considerando as regras deontológicas da ética profissional do serviço público, assinale a opção correta.

- (A) O elemento ético não é relevante na conduta de agente público, que deve priorizar a conduta legal apenas.
- (B) A função pública é um exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
- (C) O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- (D) Toda ausência do servidor do seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- (E) A negativa à publicidade dos atos é inadmitida na conduta do servidor, não se admitindo que a legislação autorize sigilo com fundamento em interesse superior do Estado.

QUESTÃO 20



Em relação à improbidade administrativa e à sua regulamentação pela legislação, expressa na Lei nº 8.429/1992, assinale a opção correta.

- (A) A Lei de Improbidade Administrativa não admite sanções contra particulares que não se enquadrem no conceito de agente público.
- (B) Há legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa.
- (C) Aplicam-se ao sistema da improbidade administrativa os princípios constitucionais do direito penal.
- (D) Admite-se, como regra, a aplicação das sanções expressas na Lei nº 8.429/1992 diante de atos culposos que causem prejuízo ao erário.
- (E) Constitui ato de improbidade administrativa negar publicidade aos atos oficiais classificados como sigilosos.

QUESTÃO 21



A transparência na Administração Pública é um desdobramento direto do princípio constitucional da publicidade, que exige a divulgação ampla dos atos oficiais. Considerando essa informação e o conceito de transparência ativa, assinale a opção correta.

- (A) É dever dos órgãos e das entidades promover a divulgação em seus sites na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas, desde que isso seja autorizada pelos órgãos de controle.
- (B) Deverão ser divulgadas, no respectivo site, licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, mas não os contratos firmados e as notas de empenho já emitidas.
- (C) No site a que alude as regras de transparência ativa, não se admite o redirecionamento de página na Internet, quando as informações estiverem disponíveis em outros sites governamentais, devendo o site reproduzi-lo no seu próprio domínio e em seção específica.
- (D) Em relação aos requerimentos em sites dos órgãos da Administração Pública, estes devem conter apenas canais para pedido de acesso à informação, como telefone ou e-mail, sem a necessidade de formulários para requerimentos.
- (E) Deverão ser divulgadas no site, em seção específica, a remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público.

QUESTÃO 22



Um médico ingressou no site do CRM-ES e preencheu um formulário específico requerendo informações sobre a remuneração dos servidores do CRM-ES, que não estavam disponíveis no site da referida autarquia.

Com base nessa situação hipotética e considerando o requerimento realizado, assinale a opção correta.

- (A) O médico possui direito a receber as informações de remunerações, mas não possui o direito de receber informações sobre ajudas de custo concedidas aos servidores.
- (B) Constatada a negligência de servidor público em manter o site da autarquia atualizado em relação às remunerações, a situação deverá ser encaminhada ao Ministério Público para propositura de ação de improbidade administrativa.
- (C) As informações relativas à saúde dos servidores do CRM-ES só poderão ser tratadas de modo excepcional, nas hipóteses definidas em lei, já que são dados pessoais sensíveis, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- (D) Recebido o pedido do médico pela autarquia, o prazo para resposta será de 48 horas, improrrogáveis.
- (E) O CRM-ES poderá exigir do médico o pagamento de taxa para a disponibilização da informação.

QUESTÃO 23



Um servidor do CRM-ES, lotado no setor de tecnologia, fez download dos dados de nome, telefone, endereço e e-mail de médicos inscritos no referido Conselho e, ainda, fez cópias dos atestados médicos protocolados e digitalizados nos sistemas de gestão de pessoas da autarquia, vendendo-os a empresas que aplicam golpes na Internet, o que causou graves prejuízos à Administração Pública.

Com base nessa situação hipotética e à luz dos deveres, dos conceitos e dos procedimentos estabelecidos na legislação, assinale a opção correta.

- (A) A conduta do servidor é vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, mas não pela Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) De acordo com os conceitos estabelecidos pela LGPD, os dados relativos aos atestados médicos dos servidores são dados pessoais.
- (C) Caso o servidor tivesse o dever profissional de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, poderia tratar os dados relativos à saúde dos servidores do Conselho, desde que com consentimento expresso dos titulares dos dados.
- (D) O servidor poderá responder ação de improbidade administrativa, já que a sua conduta está tipificada em lei.
- (E) O CRM-ES não tem o dever legal de reportar o fato às autoridades ou aos titulares dos dados, devendo tomar apenas medidas internas para sancionar o servidor.

QUESTÃO 24



Em relação aos conceitos e aos procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta.

- (A) A referida Lei não se aplica ao Poder Judiciário da União.
- (B) O processo administrativo somente pode iniciar-se de ofício.
- (C) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (D) O indeferimento de alegação de suspeição não admite o manejo de recurso administrativo.
- (E) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

QUESTÃO 25



Em relação aos conceitos e procedimentos estabelecidos no Regimento Interno do CRM-ES, assinale a opção correta.

- (A) Ao tribunal regional de ética cabe julgar transgressões de natureza ética praticadas no exercício da profissão, por médico nele inscrito.
- (B) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (CRM-ES) será exercida em caráter superior pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- (C) As reuniões para julgamento de processos disciplinares serão realizadas nas câmaras ou no pleno, com a presença da totalidade dos seus membros.
- (D) Não é necessário que o profissional, no exercício das suas atividades, utilize a sigla do CRM-ES, seguida do número da respectiva carteira, quando figure apenas como responsável técnico.
- (E) Nas sessões de julgamento do pleno e das câmaras, será permitida a presença da imprensa.



RASCUNHO

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 26

No gerenciador de arquivos do Windows (Explorer), um funcionário pretende selecionar vários arquivos não consecutivos em uma mesma pasta.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o procedimento correto para isso.

- (A) Usar **Alt** + clique em cada arquivo desejado, para selecionar individualmente vários itens.
- (B) Clicar no primeiro arquivo, depois segurar **Shift** e clicar no último – isso seleciona apenas os não adjacentes.
- (C) Manter a tecla **Ctrl** pressionada enquanto clica em cada um dos arquivos desejados.
- (D) Clicar com o botão direito em cada arquivo enquanto mantém a tecla **Ctrl** pressionada.
- (E) Ativar o modo “seleção múltipla” do Windows e arrastar o *mouse* sobre os itens desejados, pois o Explorer não permite múltipla seleção via teclado.

QUESTÃO 27

A respeito do *backup* em nuvem, assinale a opção correta.

- (A) Significa apenas sincronizar dados entre pastas locais, sem envio a servidores externos.
- (B) Consiste em manter cópias de segurança dos dados em servidores remotos (*datacenters* na nuvem), o que protege as informações contra perdas locais e as deixa acessíveis de qualquer lugar via Internet.
- (C) No *backup* em nuvem, os dados saem do controle do usuário e não podem ser criptografados.
- (D) *Backups* em nuvem não permitem agendamento automático, pois devem ser iniciados manualmente pelo usuário a cada vez.
- (E) O uso de *backup* em nuvem elimina completamente a necessidade de *backups* locais, independentemente do cenário.

QUESTÃO 28

Acerca do Google Workspace, assinale a opção correta, em relação ao serviço Gmail.

- (A) O Gmail organiza mensagens por meio de marcadores (*labels*) em vez de pastas tradicionais, o que permite atribuir múltiplos marcadores a um mesmo *e-mail*.
- (B) O Gmail não possui filtro *anti-spam* integrado, sendo necessário instalar ferramentas de terceiros para filtrar lixo eletrônico.
- (C) Para usar o Gmail, é obrigatório instalar um cliente de *e-mail* específico no computador, pois não há interface *web* disponível.
- (D) O espaço de armazenamento oferecido pelo Gmail não é compartilhado com o Google Drive e com o Google Fotos.
- (E) O Gmail impede o uso de filtros ou regras para a organização automática de mensagens, visto que todo gerenciamento deve ser manual pelo usuário.

QUESTÃO 29

A respeito do uso do cliente de *e-mail* Microsoft Outlook em comparação aos serviços de *webmail* (por exemplo, Gmail e Outlook.com), assinale a opção correta.

- (A) No Microsoft Outlook, não é possível configurar filtros ou regras de mensagens, já que esse recurso é presente apenas em *webmails*.
- (B) Diferentemente dos *webmails*, o Outlook não suporta anexos de arquivos nas mensagens.
- (C) Uma vantagem do *webmail* sobre o Outlook é que o *webmail* pode ser utilizado sem conexão nenhuma com a Internet.
- (D) Microsoft Outlook atual não consegue acessar contas de *webmail* como Gmail, pois são incompatíveis com IMAP/POP.
- (E) O Outlook (como cliente) é um *software* instalado que gerencia múltiplas contas e permite acesso aos *e-mails* mesmo *offline*, ao passo que um *webmail* é acessado via navegador, requer conexão à Internet para uso e armazena as mensagens no servidor do provedor.

QUESTÃO 30

Ao realizar *backups* de dados, é comum que se empreguem diferentes estratégias para equilibrar o tempo de *backup*, o espaço de armazenamento e a facilidade de restauração. A partir dessa informação e considerando a diferença entre *backup* incremental e *backup* diferencial, assinale a opção correta.

- (A) No *backup* incremental, copiam-se todos os dados a cada execução, enquanto no *backup* diferencial copiam-se somente os dados novos ou alterados desde o último *backup* completo.
- (B) O *backup* diferencial copia apenas os dados modificados desde o último *backup* incremental realizado, acumulando as diferenças de cada dia separadamente.
- (C) Um *backup* incremental isolado, sem *backup* completo anterior, é suficiente para restaurar todo o sistema, pois ele contém todos os dados necessários.
- (D) A restauração a partir de uma cadeia de *backups* incrementais é mais rápida e simples do que a restauração a partir de um *backup* diferencial único.
- (E) O *backup* incremental copia apenas os arquivos alterados desde o último *backup* realizado (seja ele completo ou incremental), enquanto o *backup* diferencial copia os arquivos alterados desde o último *backup* completo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31



Acerca do poder constituinte, assinale a opção correta.

- (A) Carl Schmitt distingue leis constitucionais (Konstitutionen) de Constituição (Verfassung), sendo essa última a decisão política do titular do poder constituinte, enquanto Konstitution seria a lei escrita, ou seja, o texto escrito (normativo) da Constituição.
- (B) A Constituição material é o documento elaborado pelo poder constituinte, que contém as normas e as diretrizes de funcionamento do Estado.
- (C) Existem constituições que apresentam mutabilidade relativa, na medida em que designam um prazo em que não será mais permitida a atuação do poder constituinte reformador (chamadas limitações temporais).
- (D) O poder constituinte esgota-se com a promulgação da constituição, mas é dotado de existência permanente.
- (E) No modelo coletivista, o poder constituinte pressupõe o povo como uma unidade política existencial.

QUESTÃO 32



No que diz respeito aos princípios fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) A Constituição é a expressão mínima sobre os princípios fundamentais do ordenamento da denominação e dos valores no Estado.
- (B) Uma vez que o Estado desempenha os seus atos em relação à sociedade, os princípios estruturais, os objetivos perseguidos e os limites impostos à sua atividade constituem os princípios fundamentais da ordem individual.
- (C) A presunção de não culpabilidade não constitui princípio fundamental do Estado de direito, e isso pode ser entendido como presunção de inocência.
- (D) Os juízes ingleses, responsáveis pela produção do direito, diferentemente dos franceses, estabeleceram, de forma mais antiga, uma relação entre o seu ofício com a tutela das liberdades, resistindo aos atos do rei que as ameaçasse. Veja-se que, na Inglaterra, quando a luta entre o absolutismo de Stuart e o parlamento dividiu o país, um dos argumentos mais importantes era a de que ninguém – nem a coroa, nem o parlamento – estava acima do *common law*, e que era competência dos juízes determinar se um Act of Parliament estava em contravenção com os princípios fundamentais do direito comum.
- (E) Além da dimensão hermenêutica, o preâmbulo da Constituição Federal possui dimensão política. São três as principais funções políticas do preâmbulo da Constituição. A primeira é a função de síntese, pois o preâmbulo sintetiza a “decisão política fundamental” do povo, chefe do Poder Executivo. Em segundo lugar, o preâmbulo exerce função de afirmação ideológica, porquanto expressa princípios fundamentais do perfil ideológico de determinado regime político. Por fim, o preâmbulo exerce uma função simbólica, que o converte em fator de integração nacional, porque revela o sentimento do povo representado pelo constituinte.

QUESTÃO 33



Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- (A) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se apenas aos brasileiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- (C) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, sendo vedada a indenização por dano material, moral ou à imagem.
- (D) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem do Ministério Público, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (E) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

QUESTÃO 34



Considerando o direito administrativo, assinale a opção correta.

- (A) A criação de organizações não estatais orientadas à satisfação de direitos fundamentais produz a ampliação dos limites do direito administrativo.
- (B) O direito administrativo é o conjunto das normas jurídicas que disciplinam a função jurisdicional do Estado e a organização e o funcionamento dos sujeitos e dos órgãos encarregados de seu desempenho.
- (C) A função administrativa do Estado consiste na manifestação do poder político orientada a disciplinar a autonomia dos particulares e a promover a satisfação das necessidades particulares.
- (D) A função administrativa desenvolve-se mediante a produção de atos jurídicos e por meio de atividades formais.
- (E) A detenção do monopólio da violência pelo Estado significa a legitimação do poder por meio da violência.

QUESTÃO 35



De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- (A) Essa Lei abrange os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos municípios, quando no desempenho de função administrativa.
- (B) Essa Lei estabelece normas específicas de licitação e contratação para as administrações públicas.
- (C) São abrangidas por essa Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias.
- (D) As contratações realizadas no âmbito das repartições públicas sediadas no exterior obedecerão às peculiaridades locais e aos princípios básicos estabelecidos nessa Lei, na forma de regulamentação específica a ser editada pelo Congresso Nacional.
- (E) Nas licitações e nas contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, independentemente de ratificação pelo presidente da República.

QUESTÃO 36



À luz da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- (A) As contratações relativas à gestão, direta e indireta, das reservas internacionais do País, inclusive as de serviços conexos ou acessórios a essa atividade, serão disciplinadas em ato normativo próprio do Congresso Nacional.
- (B) Essa Lei se aplica à concessão e à permissão de uso de bens particulares.
- (C) A obtenção de benefícios a que se refere o *caput* desse artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou a entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.
- (D) Subordinam-se ao regime dessa Lei os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- (E) Subordinam-se ao regime dessa Lei as contratações sujeitas às normas previstas em legislação própria.

QUESTÃO 37



Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- (A) Nas contratações com prazo de vigência inferior a um ano, será considerado o valor anual do contrato.
- (B) O projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como as suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.
- (C) O pregão é modalidade de licitação para a alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- (D) O leilão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (E) Na aplicação dessa Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

QUESTÃO 38



Acerca da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

- (A) O órgão ou a entidade gerenciadora é quem participa dos procedimentos iniciais da contratação para o registro de preços e integra a ata de registro de preços.
- (B) O seguro-garantia é o seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações acessórias assumidas pelo contratado.
- (C) Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.
- (D) A licitação será conduzida por agente de contratação, que é uma pessoa designada pela autoridade competente, apenas entre servidores efetivos, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a finalização completa do contrato administrativo realizado por meio da licitação.
- (E) O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e não responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando for induzido a erro pela atuação da equipe.

QUESTÃO 39



Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 60 dias depois de oficialmente publicada.
- (B) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- (C) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, inicia-se seis meses depois de oficialmente publicada.
- (D) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer uma nova publicação do seu texto, destinada à correção, o prazo desse artigo e dos parágrafos anteriores não começará a correr da nova publicação.
- (E) As correções a um texto de lei já em vigor não serão consideradas uma lei nova.

QUESTÃO 40



Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) A lei anterior revoga a posterior quando expressamente o declarar, quando for com ela incompatível ou quando regular inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- (B) A lei nova, que estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revogará e modifica a lei anterior.
- (C) Salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (D) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.
- (E) Independentemente de a lei ser omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, com os costumes e com os princípios gerais de direito.

QUESTÃO 41



A respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, recaindo também sobre o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- (B) Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pós-fixo, ou condição preestabelecida alterável, a arbítrio de outrem.
- (C) Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- (D) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso, devendo, para tanto, ser certificado o trânsito em julgado.
- (E) A Lei brasileira determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

QUESTÃO 42



Em relação aos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- (A) A validade do negócio jurídico independente da capacidade do agente.
- (B) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de ser realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (C) A validade do negócio jurídico admite objeto ilícito.
- (D) A validade do negócio jurídico independe da forma.
- (E) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.

QUESTÃO 43



No que concerne aos negócios jurídicos, assinale a opção correta.

- (A) Não dispendo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, à transferência, à modificação ou à renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 100 vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- (B) A manifestação de vontade subsiste, ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, independentemente se, dela, o destinatário tinha conhecimento.
- (C) O silêncio não gera anuência.
- (D) As partes poderão restritivamente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos, salvo aquelas previstas em lei.
- (E) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

QUESTÃO 44



Acerca do direito das obrigações, assinale a opção correta.

- (A) Deteriorada a coisa, sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido do seu preço o valor que perdeu.
- (B) Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, sem direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização de perdas e danos.
- (C) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (D) Até a tradição pertence ao credor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço. Assim, se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
- (E) Os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.

QUESTÃO 45



Considerando o direito das obrigações, assinale a opção correta.

- (A) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o devedor a perda, e a obrigação resolver-se-á, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- (B) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- (C) Se a coisa restituível se deteriorar com culpa do devedor, recebê-la-á o credor, tal qual se ache, sem direito a indenização, se por culpa do devedor.
- (D) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação. Todavia, não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- (E) Antes da escolha, não poderá o credor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.

QUESTÃO 46



Acerca do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.
- (B) O processo começa por impulso oficial e desenvolve-se por iniciativa da parte.
- (C) Excluir-se-á da apreciação jurisdicional a ameaça ou a lesão a direito.
- (D) O Estado sempre promoverá a solução consensual dos conflitos.
- (E) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem particular, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

QUESTÃO 47



No que se refere ao Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- (B) Os processos de ações conexas serão reunidos para a decisão conjunta, mesmo se um deles já houver sido sentenciado.
- (C) A citação válida torna prevento o juízo.
- (D) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes.
- (E) Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.

QUESTÃO 48



Em consonância com o Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) A assistência será admitida em qualquer procedimento e apenas antes da decisão de saneamento, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.
- (B) Não havendo impugnação no prazo de dez dias, o pedido do assistente será deferido, salvo se for caso de rejeição liminar.
- (C) Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, com suspensão do processo.
- (D) A assistência simples não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- (E) O assistente litisconsorcial atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido.

QUESTÃO 49



À luz do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 às 22 horas.
- (B) Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.
- (C) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 72 horas.
- (D) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de dez dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- (E) Será considerado tempestivo o ato praticado após do termo inicial do prazo.

QUESTÃO 50



De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assinale a opção correta.

- (A) O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de 11 representantes, sendo eles titulares e suplentes.
- (B) Os representantes serão designados por ato do presidente da República, sendo vedada a delegação.
- (C) Os regulamentos e as normas editados pela ANPD prescindem de consulta e de audiência públicas, mas devem possuir análise de impacto regulatório.
- (D) A ANPD manterá fórum permanente de comunicação, inclusive por meio de cooperação técnica, com órgãos e entidades da Administração Pública responsáveis pela regulação de setores específicos da atividade econômica e governamental, a fim de facilitar as competências regulatória, fiscalizatória e punitiva da ANPD.
- (E) O conselho diretor da ANPD será composto de cinco diretores, excluído o diretor-presidente.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **90 linhas** e extensão máxima de **150 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A empresa ABC Engenharia Ltda., empresa de engenharia devidamente constituída, participou de uma licitação no ano de 2025, de uma autarquia federal, denominada Conselho, com sede em Vitória, no Espírito Santo, para realizar uma reforma no seu edifício sede. Após a concorrência, a referida empresa assinou o contrato administrativo e iniciou a obra regularmente. Houve, porém, um atraso de dez dias em relação à entrega final do objeto. A autarquia, seguindo corretamente o rito estabelecido na legislação, realizou o procedimento administrativo aplicável ao caso, sancionando a empresa em multa de 3% do valor do contrato.

Nesse ínterim, inconformada com a sanção, a empresa apresentou ação anulatória na justiça, pelo rito ordinário, requerendo a anulação da penalidade, devido à violação do direito ao contraditório e ampla defesa e à culpa da Administração, que não teria permitido a realização da obra nos finais de semana, comprometendo o cronograma da reforma. A ação foi recebida pela Vara da Fazenda Pública da Seção Judiciária de Vitória – ES, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e a citação da autarquia ocorreu de modo regular, no dia 5/5/2025 (segunda-feira).

Considerando a situação hipotética apresentada, elabore, na qualidade de advogado da referida autarquia, com poderes *Ad Judicia*, a peça processual adequada para contestar a ação, apresentando argumentos que possam ensejar à improcedência dessa ação.

Aborde toda a matéria de direito material e processual pertinente ao caso, dispense o relatório e não crie fatos novos.